



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA A CARREIRA DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
EM EDUCAÇÃO EDITAL Nº 01/2026

BOLETIM DE PROVA CARGO: AUDITOR

INSTRUÇÕES GERAIS AOS CANDIDATOS

- 1. Confira se este boletim contém 70 questões.**
2. Verifique se não há imperfeições gráficas. Caso exista algum problema, **comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
3. Confira atentamente se o **Boletim de Questões** está completo, com todas as páginas e questões devidamente impressas, e se corresponde ao **curso** que pleiteia vaga.
4. Confira se seu **nome** e o seu **número de inscrição** conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do Cartão de Respostas e Boletim de Questões.
5. O tempo disponível para esta prova é de **4 (quatro) horas**.
6. Para preenchimento do Cartão de Respostas, você deverá utilizar caneta esferográfica com tinta **azul** ou **preta de material transparente**.
7. Será permitido ao candidato levar o Boletim de Questões, após decorridas 03 (três) horas do início da prova.
8. Ao final da prova, o candidato deverá entregar aos fiscais de sala o **Cartão de Respostas** devidamente assinado

ATENÇÃO: Preencha somente uma resposta por questão. Mais de uma marcação anulará a questão.

Assinatura do Candidato _____ Nº. Incrição: _____

BOA PROVA!

GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
61.	62.	63.	64.	65.	66.	67.	68.	69.	70.

ATUALIDADES

QUESTÃO 1

Nos últimos anos, diferentes países e blocos econômicos passaram a discutir mecanismos de regulamentação da Inteligência Artificial (IA), especialmente diante do avanço de sistemas generativos capazes de produzir textos, imagens e decisões automatizadas.

Sobre esse cenário internacional de regulamentação da IA, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A regulamentação internacional da IA já foi unificada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tornando obrigatória a adoção de um mesmo modelo legal por todos os países-membros.
- b) A proposta regulatória da União Europeia baseia-se exclusivamente na proibição total do uso de algoritmos de reconhecimento facial em qualquer contexto público ou privado.
- c) Um dos principais desafios da regulamentação da IA consiste em equilibrar inovação tecnológica, proteção de dados, transparência algorítmica e responsabilidade ética no uso dessas ferramentas.
- d) Os modelos atuais de IA generativa não apresentam riscos relacionados à desinformação, pois operam apenas com bases científicas verificadas por organismos internacionais.
- e) A regulamentação da IA tem como objetivo principal impedir o desenvolvimento tecnológico em países emergentes, favorecendo exclusivamente as grandes potências econômicas.

QUESTÃO 2

A guerra entre Rússia e Ucrânia desencadeou transformações significativas na dinâmica geoestratégica internacional, especialmente no campo energético, militar e diplomático. Entre os efeitos observados após 2022, destaca-se a reconfiguração das alianças internacionais e das estratégias de segurança no espaço euro-atlântico.

Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA quanto a um efeito geoestratégico decorrente do conflito:

- a) O conflito fortaleceu a dependência energética europeia do gás russo, ampliando os acordos bilaterais

entre União Europeia e Moscou para estabilização do mercado continental.

- b) A guerra acelerou a expansão e o fortalecimento da OTAN, levando países historicamente neutros a reverem suas políticas de defesa diante da percepção de ameaça regional.

c) O conflito resultou na dissolução parcial do bloco BRICS, devido ao alinhamento automático de seus membros às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos.

- d) A invasão da Ucrânia provocou a retirada completa da influência chinesa no comércio euroasiático, interrompendo os projetos vinculados à Nova Rota da Seda.

e) A guerra consolidou um cenário de desmilitarização na Europa Ocidental, reduzindo os investimentos em defesa e segurança coletiva no continente.

QUESTÃO 3

O crescimento das plataformas de apostas *on-line* no Brasil reacendeu o debate sobre a proteção do consumidor diante de práticas potencialmente indutoras de comportamento compulsivo. Em meio à expansão desse mercado, o Estado passou a discutir medidas regulatórias como restrição de publicidade, exigência de mecanismos de autocontrole, verificação de identidade e limites para transações financeiras.

Considerando os princípios do Código de Defesa do Consumidor e a função reguladora do Estado em atividades econômicas de risco social, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A intervenção estatal no mercado de apostas viola o princípio da livre iniciativa, razão pela qual o Estado não pode impor restrições publicitárias ou mecanismos de prevenção ao vício, ainda que existam impactos sociais comprovados.

b) O vício em jogos é matéria exclusivamente de saúde pública, não havendo relação jurídica de consumo entre plataformas de apostas e usuários, pois a atividade depende da autonomia da vontade do apostador.

- c) A atuação reguladora do Estado pode ser legitimada pela vulnerabilidade do consumidor e pela necessidade de redução de danos sociais, permitindo a imposição de deveres de transparência, publicidade responsável e mecanismos de proteção contra comportamento compulsivo.

d) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às plataformas digitais de apostas, já que serviços de

entretenimento financeiro possuem natureza jurídica distinta das relações tradicionais de consumo.

e) A criação de limites de apostas e sistemas de autoexclusão compulsória configura censura econômica incompatível com o modelo constitucional brasileiro, sendo admissível apenas a autorregulação das empresas do setor.

QUESTÃO 4

Nos últimos anos, o avanço das redes digitais ampliou a circulação de informações em escala global, mas também intensificou a disseminação de desinformação, discursos extremistas e ataques à credibilidade institucional. Em democracias contemporâneas, esse fenômeno passou a ser tratado como um desafio político, jurídico e social, especialmente em períodos eleitorais e em contextos de polarização.

Sobre a relação entre desinformação e defesa das instituições democráticas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A disseminação sistemática de notícias falsas pode comprometer a confiança pública nas instituições democráticas, afetando processos eleitorais e a legitimidade política.
- b) O combate à desinformação exige equilíbrio entre a proteção da liberdade de expressão e a responsabilização de práticas que atentem contra a ordem democrática.
- c) Plataformas digitais possuem papel relevante na circulação de conteúdos políticos, razão pela qual debates sobre regulação e transparência algorítmica ganharam destaque internacionalmente.
- d) Em regimes democráticos, a educação midiática e o desenvolvimento do pensamento crítico são considerados instrumentos importantes para reduzir os impactos da desinformação.
- e) A desinformação somente representa ameaça institucional quando promovida diretamente por governos estrangeiros, não produzindo efeitos significativos quando originada dentro do próprio país.

QUESTÃO 5

Nas últimas décadas, o avanço da inteligência artificial generativa, da automação industrial e dos algoritmos de gestão do trabalho vem transformando profundamente as relações produtivas em escala global.

Sobre os impactos dessas transformações no mercado de trabalho contemporâneo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A automação tecnológica afeta exclusivamente empregos de baixa qualificação, preservando integralmente profissões intelectuais e criativas devido à impossibilidade de substituição cognitiva.
- b) O crescimento da economia digital e das plataformas tecnológicas reduziu a precarização laboral, ampliando universalmente os vínculos formais de emprego e a estabilidade contratual.
- c) A incorporação de inteligência artificial e automação tende a provocar reorganização ocupacional, exigindo requalificação contínua dos trabalhadores e ampliando a demanda por competências analíticas, tecnológicas e socioemocionais.
- d) O avanço tecnológico elimina completamente a necessidade de intervenção humana nos processos produtivos, tornando obsoletas políticas públicas de qualificação profissional.
- e) A chamada “Indústria 4.0” caracteriza-se pela substituição do uso de dados e conectividade digital por modelos produtivos analógicos, reduzindo a integração entre máquinas e sistemas inteligentes

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Texto-base para as questões 6, 7 e 8

UNIVERSIDADES BRASILEIRAS DISCUTEM REGRAS DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Diante de incertezas por parte de estudantes e pesquisadores, instituições debatem quais seriam os limites éticos do uso dessas ferramentas na escrita e na pesquisa científica.

Sarah Schmidt, Revista Pesquisa FAPESP | 11 set 2024
- Edição 342.

Instituições científicas e de ensino superior do Brasil começam a formular recomendações para o uso de inteligência artificial (IA), especialmente a generativa, no ensino, na pesquisa e na extensão. A popularização de *softwares* como o *ChatGPT*, capazes de gerar texto, imagens e dados, tem levantado dúvidas sobre limites éticos no uso dessas tecnologias, principalmente na escrita acadêmica. Professores têm procurado novas

formas de avaliar trabalhos de alunos, tentando contornar os riscos de uso indevido de IA. De maneira geral, as orientações pedem que seu uso seja transparente e alertam para o perigo de ferir direitos autorais, praticar plágio, gerar desinformação e replicar vieses discriminatórios que essas ferramentas podem reproduzir.

Em fevereiro, o centro universitário Senai Cimatec, na Bahia, publicou um guia para orientar sua comunidade acadêmica quanto à IA generativa. Ele segue três princípios: transparência; “centralidade na pessoa humana”, ou seja, que o controle humano seja preservado sobre as informações geradas por IA, já que ela deve ser usada de forma benéfica à sociedade; e atenção à privacidade de dados, sobretudo em atividades que envolvam contratos com empresas por meio de parcerias para desenvolvimento e transferência de tecnologias. Ocorre que as informações compartilhadas em plataformas de IA podem ser armazenadas pela ferramenta, quebrando o sigilo de dados. “Não podemos nos esquecer de que, se nós aprendemos com essas ferramentas, elas também aprendem com a gente”, ressalta a engenheira civil Tatiana Ferraz, pró-reitora administrativo-financeira do Senai Cimatec e coordenadora do guia. Uma atualização do regulamento disciplinar da instituição passou a prever punições para estudantes que quebrarem as regras.

O guia autoriza professores a usarem softwares de detecção de plágio quando julgarem necessário, embora não sejam 100% precisos ao indicar conteúdo produzido por IA. As ferramentas não podem ser citadas como coautoras de trabalhos acadêmicos, mas sua aplicação para auxiliar processos de pesquisa e ajustes de escrita acadêmica é permitida. Para isso, todos os comandos utilizados – as perguntas e direcionamentos dados à ferramenta, também chamados de prompts– e as informações originais geradas por IA devem ser descritos na metodologia do trabalho e anexados como material suplementar.

Outras instituições brasileiras seguem por esse caminho. “A universidade não deve proibir, mas criar orientações para utilização responsável dessas ferramentas”, observa o cientista da computação Virgílio Almeida, coordenador de uma comissão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que propôs recomendações para o uso de tecnologias de IA na instituição, apresentadas à comunidade acadêmica em maio. As sugestões devem servir de base para a criação de uma política institucional com regras e normas e de um comitê de governança permanente.

Elas passam pelas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração e têm como princípios a transparência no uso dessas ferramentas, atenção à proteção e privacidade de dados, à desinformação e aos vieses discriminatórios que essas tecnologias podem reproduzir. “Uma das propostas é que a universidade invista em cursos de letramento em IA para professores, pesquisadores, funcionários e alunos”, explica Almeida. No ensino, uma das indicações é que as ementas das disciplinas de graduação e de pós-graduação da UFMG devem informar o que é permitido fazer com essas tecnologias. Na pesquisa, a ênfase está na transparência: é preciso detalhar como a IA foi usada no processo científico e quais vieses pode trazer a ele. A análise cuidadosa dos resultados gerados por IA, para que se evitem dados falsos, é outro ponto recomendado. A Universidade de São Paulo (USP) publicou um dossiê da Revista USP sobre inteligência artificial na pesquisa científica em maio e tem realizado encontros e debates sobre o assunto. “A sugestão geral é estudar como incorporar esse uso no ensino e na pesquisa e verificar quais seriam suas limitações éticas e seus potenciais”, observa a advogada Cristina Godoy, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), integrante de um grupo de pesquisadores que elaborou propostas para a universidade, como a necessidade de criar guias de orientação na graduação e pós-graduação. Há alertas para o cuidado com a privacidade de dados sensíveis ou inéditos de pesquisa, como teses e dissertações, e para a necessidade de buscar novas maneiras de avaliar os trabalhos em sala de aula. As recomendações foram feitas durante um evento em março de 2023 e estão sob análise de um grupo de trabalho.

O uso de IA na pesquisa não é novo. Ferramentas de aprendizado de máquina e de processamento de linguagem natural já são usadas para analisar padrões em meio a grandes volumes de dados. Mas, com o avanço das plataformas que usam IA generativa, diversas universidades dos Estados Unidos e da Europa criaram instruções sobre o assunto, que serviram de inspiração para instituições brasileiras. No Senai Cimatec, os guias das universidades de Utah, nos Estados Unidos, de julho de 2023, e de Toronto, no Canadá, ainda preliminar, serviram de norte para o grupo de trabalho, assim como o guia rápido ChatGPT e a inteligência artificial na educação superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), de abril de 2023.

Nesse cenário, há casos de professores que passaram a pedir aos alunos que fizessem apresentações orais, trabalhos dentro da sala de aula ou mesmo feitos à mão, no papel. Godoy, da USP, que costumava pedir

trabalhos escritos sobre artigos estudados, passou a exigir que os alunos apresentassem esquemas com mapas mentais que mostrem as conexões entre os textos estudados em aula.

Em 2024, ela desenvolveu uma atividade de pesquisa no âmbito do Centro de Inteligência Artificial (C4AI) da USP, apoiado por IBM e FAPESP, com alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado em computação, ciência política e direito em que eles precisaram desenvolver prompts no ChatGPT para realizar a análise de sentimentos – técnica que classifica opiniões como positivas, negativas ou neutras – de usuários do X (ex-Twitter) sobre IA. Os dados vão integrar um artigo em processo de escrita. Parte do trabalho será detalhar a metodologia e os prompts usados. Por não ser preciso criar um algoritmo específico para a atividade, a ferramenta acelerou o processo de análise dos dados – segundo Godoy, caso precisassem fazer tudo do zero, o trabalho levaria oito meses, mas com o ChatGPT levou dois meses.

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/universidades-brasileiras-discutem-regras-de-uso-de-inteligencia-artificial/>. Acesso em 18/05/2026.

QUESTÃO 6

Com base no Texto 1, julgue as assertivas a seguir e assinale a(s) correta(s):

I. Trata-se de um artigo científico que apresenta orientações e discussões a respeito do combate às práticas de plágio em textos acadêmicos, com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial.

II. O texto pode ser classificado como editorial, pois explica do ponto de vista argumentativo, os benefícios da inteligência artificial para a produção acadêmica.

III. Trata-se de uma notícia que informa sobre a seguinte temática: inteligência artificial e racismo algorítmico.

IV. Trata-se de uma reportagem que informa sobre ações que instituições de ensino superior e centros de pesquisa desenvolveram para orientar alunos e pesquisadores sobre o uso de inteligência artificial em produções acadêmicas.

- a) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- e) Somente a assertiva IV está correta.

QUESTÃO 7

No trecho a seguir, as palavras destacadas exercem, respectivamente, a função de:

“Em fevereiro, o centro universitário Senai Cimatec, na Bahia, publicou um guia para orientar sua comunidade acadêmica quanto à IA generativa. Ele segue três princípios: transparência; “centralidade na pessoa humana”, ou seja, que o controle humano seja preservado sobre as informações geradas por IA, já que ela deve ser usada de forma benéfica à sociedade; e atenção à privacidade de dados, sobretudo em atividades que envolvam contratos com empresas por meio de parcerias para desenvolvimento e transferência de tecnologias. Ocorre que as informações compartilhadas em plataformas de IA podem ser armazenadas pela ferramenta, quebrando o sigilo de dados”.

- a) Termos referenciais introduzidos pela primeira vez na superfície textual.
- b) Termos coesivos que marcam a progressão textual e evitam a repetição de elementos no texto.
- c) elementos de coesão referencial e de coesão por substituição.
- d) elementos coesivos anafóricos não pronominais.
- e) O termo “ele” refere-se a “centro universitário”, e o termo “ela” retoma a expressão “centralidade na pessoa humana”.

QUESTÃO 8

Observe excerto abaixo:

“**Não podemos nos esquecer de que, se nós aprendemos com essas ferramentas, elas também aprendem com a gente**”, ressalta a engenheira civil Tatiana Ferraz, pró-reitora administrativo-financeira do Senai Cimatec e coordenadora do guia”.

No trecho em destaque, identifica-se qual figura de linguagem?

- a) catacrese.
- b) eufemismo.
- c) prosopopeia.
- d) anacoluto.
- e) paronomásia.

TEXTO 2

Texto-base para as questões 9 e 10

**PESQUISA EXPÕE COMO SISTEMAS DE
RECONHECIMENTO FACIAL
REPRODUZEM DESIGUALDADES SOCIAIS**

Apresentada por Nina da Hora, dissertação de mestrado analisa racismo algorítmico e exclusões produzidas pela IA

Daniela Prandi - 12 maio 2026

Antes de reconhecer alguém diante da câmera, um sistema de inteligência artificial (IA) precisa decidir se aquele rosto “existe”. É justamente nesse momento, anterior à identificação, que, segundo a cientista da computação Ana Carolina Silva das Neves da Hora, mais conhecida como Nina da Hora, começam os apagamentos produzidos pelas tecnologias de reconhecimento facial, tema de sua tese de mestrado, *Do Rosto ao Vetor: Epistemicídio Computacional no Reconhecimento Facial*, defendida nesta segunda-feira (11), no Instituto de Computação (IC).

Orientada pela professora Sandra Avila, do IC, e coorientada pela antropóloga Marisol Marini, da Universidade de São Paulo (USP), a tese teve na banca examinadora a socióloga Angela Figueiredo, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e o pesquisador Virgílio Almeida, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa combina reflexão teórica e experimentos computacionais para analisar desigualdades em arquiteturas de detecção facial amplamente utilizadas em sistemas de IA. Da Hora propõe o conceito de “epistemicídio computacional”, inspirado nos trabalhos da filósofa Sueli Carneiro sobre o apagamento de sujeitos negros na produção do conhecimento. O trabalho multidisciplinar reúne computação, antropologia, artes visuais, estudos raciais e filosofia.

A pesquisadora auditou arquiteturas de detecção facial utilizando uma base criada pela Meta, dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, a partir de vídeos enviados por pessoas de países como Brasil, Índia, Síria e Indonésia. Os resultados revelaram desigualdades profundas nos processos de detecção facial. “O dano já começa antes, quando o sistema sequer detecta aquele rosto como um rosto válido”, explica.

Em um dos experimentos, pessoas acima de 85 anos tiveram apenas 44% de taxa de detecção, enquanto grupos mais jovens alcançaram índices superiores a

90%. Em outros casos, determinados grupos simplesmente desapareciam dos sistemas. “Tivemos grupos com 0%. Normalmente, quando aparece um 0%, você roda o sistema de novo e tenta corrigir. Mas quis investigar por que aquelas pessoas tinham desaparecido”, diz.

Segundo Da Hora, os sistemas simplificam realidades complexas ao transformar diversidade humana em categorias rígidas. “É como se não existissem variações. Ou você é branco ou você é negro. Mas nós sabemos que isso não representa países como o Brasil.” Mais do que erros técnicos, a pesquisadora vê nesses resultados a materialização de escolhas políticas e históricas. “A etapa do reconhecimento só acumula problemas. Primeiro, o sistema precisa decidir que existe um rosto ali.” Em muitos casos, afirma, nem mesmo a autodeclaração das pessoas é suficiente. “Quando eu mando um vídeo dizendo quem eu sou, pessoas do outro lado podem dizer que eu não sou aquilo que estou dizendo. E, às vezes, a palavra delas vai valer mais.”

Segundo a pesquisadora, o problema não está apenas na precisão técnica. “A questão não é fazer a tecnologia funcionar melhor”, afirma. “É perguntar por que estamos insistindo em tecnologias que transformam pessoas em padrões de vigilância.” Da Hora vê a expansão dessas tecnologias como parte de uma transformação maior nas formas de controle social e circulação da informação. “O reconhecimento facial e as inteligências artificiais são vendidos como solução para tudo. Mas, muitas vezes, o que elas produzem é exclusão e aprofundamento de desigualdades. Eu queria entender o que se perde quando você transforma o rosto de uma pessoa em vetor matemático”, afirma.

QUESTÃO 9

Considere o fragmento abaixo e assinale a alternativa correta.

Fragmento

“A pesquisadora auditou arquiteturas de detecção facial utilizando uma base criada pela Meta, dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, a partir de vídeos enviados por pessoas de países como Brasil, Índia, Síria e Indonésia. Os resultados revelaram desigualdades profundas nos processos de detecção facial. “O dano já começa antes, quando o sistema sequer detecta aquele rosto como um rosto válido”, explica”.

I. No fragmento textual, a palavra **quando** funciona como uma locução adjetiva.

II. Em “Os resultados revelaram desigualdades profundas nos processos de detecção facial” há um verbo de ligação.

III. Em “Os resultados revelaram **desigualdades profundas** nos processos de detecção facial” a expressão em destaque funciona como objeto indireto.

IV. Em “O dano já começa antes, quando o sistema sequer detecta aquele rosto como um rosto válido” há uma oração subordinada adverbial temporal.

- a) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- d) Somente a assertiva IV está correta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 10

Julgue as afirmativas abaixo, marcando V para as verdadeiras e F para as falsas.

- a) (..) nas palavras: expansão e detecção – há o mesmo número de letras e de fonemas.
- b) (..) “É como se não existissem variações. Ou você é branco ou você é negro. Mas nós sabemos que isso não representa países como o Brasil.” – o termo **ou** funciona como conjunção coordenativa aditiva.
- c) (..) Em “Os resultados revelaram desigualdades profundas nos processos de detecção facial” – o termo **desigualdades** apresenta derivação prefixal.
- d) (..) Em “Prestes a completar 31 anos, Nina da Hora se tornou uma das vozes mais conhecidas da discussão sobre tecnologia e racismo algorítmico no país. **Colunista** da MIT Technology Review Brasil, **pesquisadora** do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (FGV)” – os termos **colunista** e **pesquisadora** marcam, respectivamente, coesão pronominal e coesão por elipse.
- e) (..) Em “Da Hora propõe o conceito de “epistemicídio computacional”, - o termo computacional funciona como adjetivo.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V-F- F-V-F
- b) F- F-V-F-F
- c) F-F-V-F-V
- d) V-V-F-F-F.
- e) V-V-V-V-F.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) de uma Universidade Federal está realizando um diagnóstico do rendimento acadêmico das disciplinas do primeiro período para propor políticas de apoio pedagógico. Um Técnico em Assuntos Educacionais estruturou uma planilha no Microsoft Excel (versão em português) contendo as notas finais dos discentes.

Em uma das abas, a planilha apresenta o resultado de uma turma específica, sendo o intervalo de células de C2 até C41 contém a situação final de cada um dos 40 alunos da turma (preenchida com os textos "APROVADO" ou "REPROVADO"). A célula D2 deve exibir automaticamente um indicador de criticidade pedagógica da turma, seguindo as regras: (1) Se a quantidade de alunos "REPROVADO" na turma for maior que 15, a célula deve exibir "Alerta Vermelho"; (2) Se a quantidade de alunos "REPROVADO" na turma for maior que 5 (e menor ou igual a 15), a célula deve exibir "Alerta Amarelo"; (3) Se a quantidade de alunos "REPROVADO" na turma for menor ou igual a 5, a célula deve exibir "Situação Regular".

Considerando a necessidade de contabilizar o número de reprovações antes de aplicar a estrutura condicional da função SES, assinale a alternativa que apresenta a fórmula CORRETA a ser inserida na célula D2.

- a) =SES(C2:C41="REPROVADO">15; "Alerta Vermelho"; C2:C41="REPROVADO">5; "Alerta Amarelo"; C2:C41="REPROVADO"<=5; "Situação Regular")
- b) =SES(CONT.SE(C2:C41; "REPROVADO")>15; "Alerta Vermelho"; CONT.SE(C2:C41; "REPROVADO")>5; "Alerta Amarelo"; VERDADEIRO; "Situação Regular")
- c) =CONT.SE(SES(C2:C41; "REPROVADO">15; "Alerta Vermelho"; "REPROVADO">5; "Alerta Amarelo"; "Situação Regular"))
- d) =SES(CONT.SE(C2:C41; "REPROVADO")<=5; "Situação Regular"; CONT.SE(C2:C41; "REPROVADO")>5; "Alerta Amarelo"; CONT.SE(C2:C41; "REPROVADO")>15; "Alerta Vermelho")
- e) =SES(CONT.SE("REPROVADO"; C2:C41)>15; "Alerta Vermelho"; CONT.SE("REPROVADO";

C2:C41)>5; "Alerta Amarelo";
CONT.SE("REPROVADO"; C2:C41)<=5; "Situação Regular")

QUESTÃO 12

No exercício de suas funções na Secretaria de uma Unidade Acadêmica de uma Universidade Federal, um Assistente em Administração utilizou o cliente de e-mail **Gmail** institucional (Google Workspace, em sua configuração padrão e versão mais recente) para enviar a ata de encerramento de um processo seletivo de transferência interna. O arquivo em formato PDF contendo o documento final possuía o tamanho exato de **35 MB**.

A mensagem foi disparada pelo servidor com a seguinte estrutura de cabeçalho:

De: assistente.secretaria@unifederal.edu.br

• **Para:** chefe.departamento@unifederal.edu.br

• **Cc:** secretaria.geral@unifederal.edu.br

• **Cco:** aluno_candidato1@gmail.com,
aluno_candidato2@hotmail.com

No dia seguinte, o aluno_candidato1 (@gmail.com), que recebeu a mensagem, abriu o e-mail e, querendo formalizar uma denúncia externa sobre o resultado, clicou na opção "Encaminhar" (Forward) e enviou a mensagem exatamente como estava para o e-mail da Ouvidoria Geral (ouvidoria@unifederal.edu.br).

Considerando os conceitos de computação em nuvem, as regras de cabeçalho e limitações do Gmail/Google Drive e o comportamento das mensagens, assinale a alternativa que descreve corretamente o e-mail recebido pelo aluno_candidato1, a ação de encaminhar a mensagem para a Ouvidoria e a acessibilidade ao documento:

a) O aluno recebeu uma mensagem na qual visualiza os endereços assistente.secretaria@unifederal.edu.br, chefe.departamento@unifederal.edu.br e secretaria.geral@unifederal.edu.br, contendo um link gerado automaticamente no Google Drive para o arquivo de 35 MB. Ao encaminhar a mensagem, a Ouvidoria receberá esse histórico de texto, mas o Ouvidor não conseguirá acessar o PDF imediatamente, pois links gerados por arquivos que estouram o limite de anexo assumem por padrão o status "Restrito" no Drive do remetente, exigindo que a conta da Ouvidoria solicite permissão de acesso.

b) O aluno recebeu uma mensagem contendo o arquivo PDF de 35 MB anexado de forma física e tradicional. Arquivo esse que foi mantido na ação "Encaminhar" para ouvidoria@unifederal.edu.br, visto que o Encaminhar traz todos os arquivos em anexo.

c) O aluno recebeu uma mensagem na qual visualiza os endereços assistente.secretaria@unifederal.edu.br, chefe.departamento@unifederal.edu.br e secretaria.geral@unifederal.edu.br, contendo um link gerado automaticamente no Google Drive para o arquivo de 35 MB que permite que ele obtenha acesso, já que, por padrão do Google Drive, todos que recebem o Link têm a permissão de acesso. Ao encaminhar para a Ouvidoria, todo o histórico é mantido e o acesso ao documento de 35 MB será livre e imediato para o Ouvidor.

d) O aluno recebeu uma mensagem na qual visualiza os endereços assistente.secretaria@unifederal.edu.br, chefe.departamento@unifederal.edu.br, secretaria.geral@unifederal.edu.br e aluno_candidato2@hotmail.com, e o histórico do texto contendo um link gerado automaticamente no Google Drive para o arquivo de 35 MB cujo status de compartilhamento padrão é definido como "Privado" (visível apenas para quem possui contas do mesmo domínio corporativo). Ao encaminhar, o acesso ao documento será concedido imediatamente de forma automática para a Ouvidoria, porque o servidor detecta que o e-mail do Ouvidor termina em @unifederal.edu.br.

e) O aluno não conseguirá completar o procedimento, pois o encaminhamento do e-mail falhará e retornará uma mensagem de erro ao remetente, visto que o Gmail possui um mecanismo que bloqueia o tráfego de mensagens quando o corpo do texto contiver links para arquivos armazenados no Google Drive configurados no modo "Restrito".

QUESTÃO 13

A Pró-Reitoria de Graduação de uma Universidade Federal organizou um Fórum Institucional de Metodologias Ativas de forma híbrida. Para a transmissão síncrona dos painéis com palestrantes externos e computação das presenças, utilizou-se o Google Meet (via conta corporativa Google Workspace da instituição). Para hospedar os materiais de leitura, emitir certificados e coletar os planos de aula práticos desenvolvidos pelos servidores participantes, estruturou-se um espaço virtual no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

A configuração adotada pelos servidores responsáveis pela gestão técnica do evento envolveu os seguintes parâmetros: No Google Meet, o Servidor Organizador ativou previamente os 'Controles do Organizador' (Gerenciamento de Host). Ele configurou o acesso à reunião no modo 'Aberto' (reunião agendada via Google Agenda onde qualquer pessoa com o link pode entrar sem pedir aprovação) e ativou a ferramenta nativa de 'Relatório de Participação' para controle automatizado de presença. Já no Moodle, os servidores da Pró-Reitoria foram cadastrados no papel de "*Criador de Curso*", os docentes palestrantes externos como "*Professor não editor*" (apenas para avaliar os planos de aula enviados), e os servidores técnico-administrativos inscritos no fórum receberam o papel padrão de "*Estudante*".

Um dos palestrantes externos, autenticado em sua conta pessoal @gmail.com, decidiu iniciar uma enquete ao vivo e gravar a transmissão do painel por conta própria, enquanto um servidor participante (inscrito como estudante no Moodle) tentou anexar um plano de aula em formato de vídeo que possuía **600 MB**.

Considerando a arquitetura de privilégios do Google Workspace (Meet) e a árvore de papéis/permisões do Moodle, assinale a alternativa que descreve corretamente os desdobramentos técnicos desse cenário:

- a) Como os controles de organizador (host) foram ativados no Meet, o palestrante externo (não-host) não conseguirá iniciar enquetes ou a gravação da chamada de vídeo por conta própria, pois tais recursos ficam restritos ao organizador principal. No Moodle, o palestrante externo (Professor não editor) conseguirá atribuir notas aos planos de aula enviados, mas o servidor participante poderá ter seu upload de 600 MB bloqueado se o arquivo exceder o limite máximo de tamanho de anexo definido nas configurações da tarefa ou do servidor do Moodle.
- b) O palestrante externo conseguirá gravar a reunião e gerenciar enquetes livremente, pois o acesso definido como "Aberto" no Meet equipara automaticamente os privilégios de todas as contas corporativas e pessoais externas. No Moodle, o papel de "Estudante" do servidor participante permite burlar qualquer limite de tamanho de arquivo de anexo por se tratar de um servidor público federal em regime de capacidade.
- c) O relatório de participação e presença do Google Meet será compilado e exportado de forma direta e automática para o livro de notas do Moodle ao término da chamada. No entanto, o palestrante externo terá seu

áudio bloqueado na reunião por possuir o papel de "Professor não editor" no Moodle, uma vez que as diretrizes síncronas do Google integram os papéis de sala de aula de ambas as plataformas em tempo real.

d) O palestrante externo conseguirá iniciar a gravação, e o arquivo final de vídeo será salvo na conta do Google Drive de todos os participantes. No Moodle, o papel de "Criador de Curso" atribuído aos servidores da Pró-Reitoria impede que eles alterem o tamanho máximo de upload das tarefas, tornando o Moodle incapaz de receber arquivos maiores do que 100 MB de forma definitiva.

e) O acesso "Aberto" configurado no Google Meet fará com que o relatório de participação ignore o horário de entrada e saída dos usuários externos (@gmail.com), computando apenas os servidores internos. Simultaneamente, o papel de "Professor não editor" no Moodle dará ao palestrante externo o poder de reconfigurar os prazos das tarefas e deletar tópicos inteiros criados pela Pró-Reitoria.

QUESTÃO 14

No encerramento da rotina de trabalho no Departamento de Contabilidade de uma Universidade Federal, um Assistente em Administração utilizou o navegador de internet padrão do computador institucional para emitir certidões e consultar editais de licitação. Sabendo que a estação de trabalho é compartilhada e seria utilizada por outro servidor no turno seguinte, decidiu efetuar uma limpeza de dados para garantir a segurança da informação e a privacidade de suas ações antes de realizar o *logoff* do sistema operacional.

Os objetivos específicos do servidor ao final do expediente eram eliminar o registro cronológico local e os metadados de indexação de todas as URLs dos sites de editais que ele consultou durante a tarde. Além disso, forçar a expiração imediata dos tokens de sessão e dos identificadores de estado armazenados no cliente, garantindo o encerramento compulsório de todas as suas conexões autenticadas nos sistemas da universidade. Para abrir diretamente a interface nativa que gerencia a eliminação desses dados de forma unificada na configuração padrão dos navegadores modernos (como Chrome e Edge), o Assistente utilizou uma combinação consagrada de chaves de atalho.

Considerando a arquitetura de armazenamento de dados em navegadores, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o atalho de teclado acionado e as nomenclaturas oficiais dos parâmetros que devem ser marcados para cumprir integralmente os objetivos 1 e 2:

- a) Ctrl + Shift + Del / Histórico de navegação / Cookies e outros dados do site.
- b) Ctrl + Shift + N / Imagens e arquivos armazenados em cache / Dados do aplicativo hospedado.
- c) Ctrl + H / Histórico de downloads / Arquivos temporários de internet.
- d) Ctrl + Alt + Del / Histórico de navegação / Cookies e outros dados do site.
- e) Shift + F5 / Permissões do site / Certificados de chaves públicas.

QUESTÃO 15

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de uma Universidade Federal encomendou o desenvolvimento de um novo sistema informático integrado para gerenciar a concessão de bolsas de vulnerabilidade socioeconômica e auxílio-permanência. O sistema coletará e processará dados cadastrais, históricos escolares, laudos médicos de saúde mental e comprovantes de renda familiar de milhares de estudantes.

Na qualidade de gestor técnico responsável pela governança de dados e segurança da informação do projeto, um Técnico em Assuntos Educacionais determinou a implementação de duas diretrizes obrigatórias com base nas boas práticas de segurança em redes corporativas e nas normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei n. 13.709/2018): a Diretriz 1 estabelece que, na infraestrutura de rede e armazenamento, os laudos médicos e comprovantes de renda devem ser submetidos a um processo de codificação matemática reversível utilizando chaves assimétricas antes de serem gravados no banco de dados, e o acesso a esses servidores na rede acadêmica deve ser segmentado de forma que apenas computadores da própria Pró-Reitoria (IPs internos específicos) consigam realizar a requisição através de firewalls; já a Diretriz 2 visa a determinar qual o fundamento jurídico correto da LGPD que a Universidade Federal deve invocar para tratar esses dados pessoais e sensíveis sem a estrita necessidade de coletar a assinatura de um termo de consentimento individual de cada estudante beneficiário.

Considerando os princípios de segurança da informação e as disposições da LGPD aplicadas ao setor público, assinale a alternativa que apresenta corretamente os conceitos técnicos e o enquadramento legal desse cenário:

- a) A diretriz 1 descreve os conceitos de Criptografia e Controle de Acesso Baseado em Rede. Na diretriz 2, a universidade dispensa o consentimento individual porque o tratamento é respaldado na base legal de “execução de políticas públicas” previstas em leis ou regulamentos, sendo que os dados de saúde mental são classificados pela LGPD como “dados pessoais sensíveis”, exigindo salvaguardas rigorosas de segurança.
- b) A diretriz 1 refere-se ao mecanismo de Anonimização Definitiva de Dados. Na diretriz 2, a universidade deve enquadrar o tratamento na base legal de “Legítimo Interesse do Controlador”, visto que qualquer Órgão da Administração Pública Federal possui interesse inerente em monitorar a saúde e a renda de seus cidadãos civis de forma irrestrita.
- c) A diretriz 1 representa o princípio do Firewall de Aplicação com Criptografia Simétrica. Na diretriz 2, o tratamento de dados de estudantes universitários deve se basear exclusivamente na “Tutela da Saúde”, uma base legal que permite o livre compartilhamento de laudos médicos com redes de publicidade e empresas terceirizadas de assistência estudantil sem auditoria.
- d) A diretriz 1 descreve o protocolo de Backup em Nuvem Pública e Varredura de Vulnerabilidades. Na diretriz 2, o tratamento é fundamentado no “Exercício Regular de Direitos em Contrato”, sendo os laudos médicos considerados “dados públicos institucionais de livre acesso”, o que anula a necessidade de criptografia ou proteção contra invasões na rede acadêmica.
- e) As diretrizes falham perante a LGPD, pois o setor público é categoricamente proibido de tratar dados socioeconômicos e médicos de estudantes sem que haja consentimento prévio, por escrito e com firma reconhecida em cartório, sob pena de bloqueio imediato de toda a rede de computadores da universidade pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 16

Sobre as autarquias no direito administrativo brasileiro, considerando sua natureza, características e classificação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As autarquias, por possuírem personalidade jurídica pública e patrimônio próprio, dispõem de autonomia para criar o próprio direito no âmbito das matérias específicas que lhes foram destinadas pela pessoa pública política que as instituiu.
- b) A especialização dos fins ou atividades coloca a autarquia entre as formas de descentralização administrativa por serviços ou funcional, dando origem ao princípio da especialização, que a impede de exercer atividades diversas daquelas para as quais foi instituída.
- c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmado na ADI 3.026-4/DF, a Ordem dos Advogados do Brasil é classificada como autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, sujeitando-se integralmente ao controle administrativo e às restrições constitucionais aplicáveis à Administração Pública indireta.
- d) As autarquias territoriais, no direito brasileiro, possuem capacidade política, isto é, competência para legislar com autonomia em relação ao governo central, distinguindo-se nesse ponto das autarquias institucionais, que dispõem apenas de capacidade administrativa específica.
- e) Perante os particulares, a autarquia apresenta regime jurídico próximo ao das pessoas jurídicas de direito privado, despida das prerrogativas e restrições do regime jurídico administrativo, em razão de seu vínculo com a Administração descentralizada

QUESTÃO 17

Sobre as fundações instituídas pelo Poder Público no direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A definição da natureza jurídica de uma fundação governamental decorre exclusivamente da prestação de serviço público e da utilização de recursos provenientes do orçamento do Estado, critérios suficientes para enquadrá-la no regime jurídico de direito público.
- b) As fundações governamentais de direito público apresentam, entre suas características, a presunção de

veracidade e executoriedade dos seus atos administrativos, a impenhorabilidade dos seus bens e a sujeição ao processo especial de execução previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

c) O instituidor de uma fundação governamental, após o ato de instituição, perde definitivamente qualquer ingerência sobre a entidade, que passa a ter vida inteiramente própria, tal como ocorre com as fundações instituídas por particulares.

d) As fundações governamentais de direito privado dispõem de juízo privativo na esfera federal e de impenhorabilidade de seus bens, ostentando equiparação integral às autarquias quanto aos privilégios processuais.

e) A dotação patrimonial inicial constitui requisito dispensável para a constituição de fundação pelo Poder Público, bastando a previsão legal de sua finalidade institucional para que ela adquira personalidade jurídica.

QUESTÃO 18

Sobre a classificação dos atos administrativos quanto à formação da vontade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Atos simples são aqueles que resultam da manifestação de dois ou mais Órgãos singulares ou colegiados, cujas vontades se fundem para a formação de um ato único, havendo identidade de conteúdo e de fins.
- b) No ato complexo, praticam-se dois atos distintos, sendo um principal e outro acessório, podendo este último ser pressuposto ou complementar daquele.
- c) No ato composto, há a manifestação de dois ou mais Órgãos, sendo a vontade de um instrumental em relação à de outro, que edita o ato principal, como ocorre na nomeação do Procurador Geral da República, que depende da prévia aprovação pelo Senado.
- d) Os atos que dependem de autorização, aprovação, proposta, parecer, laudo técnico, homologação ou visto são classificados como atos complexos, em razão da fusão das vontades dos Órgãos envolvidos para a edição de um único ato.
- e) O decreto assinado pelo Chefe do Executivo e referendado pelo Ministro de Estado constitui exemplo clássico de ato composto, uma vez que a manifestação ministerial é instrumental e acessória em relação ao ato do Chefe do Executivo.

QUESTÃO 19

Sobre a anulação e a revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A revogação pode ser feita tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, desde que respeitados os direitos adquiridos, conforme determina a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal.
- b) A anulação do ato administrativo produz em todas as hipóteses, efeitos retroativos à data da edição do ato (*ex tunc*), ainda que decorra de mudança de orientação da Administração Pública.
- c) Os atos vinculados, por dependerem rigidamente da lei, podem ser revogados pela Administração sempre que o interesse público assim recomendar, ainda que não exista previsão expressa de oportunidade e conveniência.
- d) A revogação é privativa da Administração Pública, pois seus fundamentos, oportunidade e conveniência, são vedados à apreciação do Poder Judiciário, ao passo que a anulação pode ser feita tanto pela Administração quanto pelo Judiciário.
- e) Os atos que já exauriram seus efeitos podem ser revogados a qualquer tempo, uma vez que a revogação produz efeitos retroativos e atinge os direitos eventualmente adquiridos pelo destinatário do ato.

QUESTÃO 20

O Decreto n. 1.171/1994 aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estabelecendo regras deontológicas, deveres, vedações e disposições sobre as Comissões de Ética. Considerando o teor do referido Código, analise as assertivas a seguir:

- I. A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ressalvados os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- II. O servidor público, ao desempenhar suas funções, deverá decidir, exclusivamente, entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, sendo o elemento ético da conduta um critério secundário, aplicável apenas quando houver dúvida na interpretação da norma jurídica vigente.

III. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal.

IV. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de suspensão, devendo a respectiva fundamentação constar de parecer assinado pela maioria dos seus integrantes, dispensada a ciência do faltoso quando comprovada a gravidade da conduta.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 21

Sobre o controle administrativo exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A tutela administrativa presume-se em razão da natureza da relação estabelecida entre a Administração Direta e os entes descentralizados, independentemente de previsão legal expressa para o seu exercício.
- b) A tutela e a hierarquia constituem institutos equivalentes, uma vez que ambas decorrem da subordinação dos entes descentralizados aos órgãos centrais da Administração Pública.
- c) Cabe, como regra geral, recurso administrativo dirigido à Administração Direta contra decisão proferida por dirigente de entidade da Administração Indireta, por força do controle de tutela a que esta se submete.
- d) Tutela e autotutela são expressões sinônimas, pois ambas designam o poder atribuído à Administração de rever os próprios atos para corrigir ou anular os ilegais e revogar os inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial, disciplinada pelo Decreto-lei n. 200/67, visa assegurar, especialmente, a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade, a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação, a eficiência administrativa e a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

QUESTÃO 22

Sobre os princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da continuidade do serviço público tem como uma de suas consequências, no âmbito dos contratos administrativos, o reconhecimento de privilégios para a Administração, como o de encampação e o de uso compulsório dos recursos humanos e materiais da empresa contratada, quando necessário para dar continuidade à execução do serviço.
- b) Em decorrência do princípio da mutabilidade do regime jurídico, os servidores públicos e os usuários dos serviços públicos possuem direito adquirido à manutenção do regime jurídico vigente no momento de seu ingresso ou contratação, vedada qualquer alteração unilateral pela Administração.
- c) O princípio da igualdade dos usuários perante o serviço público veda, em qualquer hipótese, o estabelecimento de tarifas diferenciadas, ainda que fundamentadas nas características técnicas e nos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuário.
- d) A teoria da imprevisão, a imposição de prazos rigorosos ao contraente e a inaplicabilidade absoluta e incondicionada da exceção do contrato não cumprido contra a Administração constituem decorrências diretas do princípio da mutabilidade do regime jurídico nos contratos administrativos.
- e) De acordo com a Lei n. 8.987/95, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz, exclusivamente, as condições de regularidade, continuidade e modicidade das tarifas, não se incluindo entre seus elementos caracterizadores a segurança, a cortesia na prestação e a atualidade.

QUESTÃO 23

Acerca do recurso administrativo disciplinado pela Lei n. 9.784/1999, analise as seguintes assertivas:

- I. O recurso administrativo será dirigido diretamente à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão recorrida, sendo vedada a possibilidade de reconsideração pelo prolator do ato.
- II. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- III. Como regra geral, o recurso administrativo possui efeito suspensivo, somente sendo executada a decisão

recorrida após o seu julgamento definitivo.

IV. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo, perante Órgão incompetente, por quem não seja legitimado ou após esaurida a esfera administrativa.

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24

Acerca das disposições gerais da Lei n. 8.429/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.230/2021, relativas aos atos de improbidade administrativa, aos agentes sujeitos à lei e às sanções aplicáveis, analise as seguintes assertivas:

- I. Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º (atos que importam enriquecimento ilícito), 10 (atos que causam prejuízo ao erário) e 11 (atos que atentam contra os princípios da administração pública) da Lei nº 8.429/1992, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- II. Para efeitos da Lei n. 8.429/1992, considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º da referida Lei.
- III. As disposições da Lei n. 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- IV. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

Sobre os agentes públicos no direito brasileiro, considerando a classificação adotada perante a Constituição Federal de 1988 com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 18/98, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Considera-se agente público toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta, expressão utilizada pela própria Constituição, sendo todas as suas categorias passíveis de gerar responsabilidade objetiva do Estado, na forma do artigo 37, parágrafo 6º, da CF/1988 quando atuem no exercício de atribuições do poder público.
- b) Os militares foram expressamente mantidos como espécie de servidores públicos pela Emenda Constitucional nº 18/98, sendo-lhes integralmente aplicáveis as normas constitucionais relativas aos servidores civis, salvo quanto ao regime previdenciário.
- c) Os particulares em colaboração com o Poder Público somente exercem suas funções mediante vínculo empregatício e remuneração paga pelos cofres públicos, motivo pelo qual integram a categoria dos servidores públicos em sentido amplo.
- d) Os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista, são ocupantes de cargos públicos e submetem-se ao regime estatutário fixado por lei de cada unidade da federação, modificável unilateralmente pela Administração.
- e) Antes da Constituição de 1988, os prestadores de serviço às fundações instituídas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista já eram expressamente considerados agentes públicos pela legislação então vigente, situação que foi apenas confirmada pelo artigo 37 da Constituição atual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26

A Constituição Federal de 1988, em seu Título I, estabelece os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, definindo seus fundamentos, objetivos e princípios regentes das relações internacionais. Considerando as disposições constitucionais sobre o tema, analise as assertivas a seguir:

- I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a separação dos Poderes.
- II. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, bem como erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da intervenção humanitária e da concessão de asilo político.
- IV. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 27

Durante uma reunião promovida pela administração de uma universidade federal com servidores técnicos administrativos e com representantes de empregados de empresa terceirizada que presta serviços de limpeza no *campus*, surgiram dúvidas sobre o alcance dos direitos sociais previstos nos artigos 6º a 11 da Constituição Federal. Considerando as disposições constitucionais sobre os direitos sociais e os direitos dos trabalhadores, analise as assertivas a seguir:

- I. O transporte e o lazer não estão expressamente previstos entre os direitos sociais elencados no *caput* do art. 6º da Constituição Federal, decorrendo, na realidade, de interpretação sistemática feita pela jurisprudência constitucional.
- II. Os empregados da empresa terceirizada que prestam serviços na universidade têm assegurado, como direito constitucional, o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

III. A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa, podendo ser dispensada quando houver acordo direto firmado entre o empregador e os empregados interessados.

IV. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes, com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 28

Durante a semana de integração dos novos servidores aprovados em concurso público para cargos de nível médio em uma universidade federal, foi promovida palestra sobre o regime constitucional da educação. Ao longo da exposição, os participantes apresentaram afirmações sobre os preceitos constitucionais que disciplinam a educação. Analise as assertivas a seguir:

I. A autonomia conferida às universidades pela Constituição Federal abrange, exclusivamente, a esfera didático-científica, não compreendendo aspectos administrativos nem a gestão financeira e patrimonial, os quais permanecem submetidos ao controle direto do Ministério da Educação.

II. O ensino religioso, quando ofertado nas escolas públicas de Ensino Fundamental, terá matrícula obrigatória e constituirá disciplina dos horários normais, em respeito ao princípio constitucional da formação integral do educando.

III. As universidades federais obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo lhes facultado admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

IV. É garantido constitucionalmente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, sendo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito considerado direito público subjetivo.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.

- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 29

Pedro, servidor de uma universidade federal, foi nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público e, após oito anos de efetivo exercício, foi demitido em processo administrativo disciplinar instaurado pela instituição. Inconformado, ingressou com ação judicial e, posteriormente, sobreveio sentença transitada em julgado que invalidou a demissão. À época do retorno de Pedro, sua antiga vaga estava ocupada por Carla, também servidora estável da mesma universidade.

Considerando o regime constitucional da estabilidade do servidor público civil, assinale a alternativa CORRETA sobre a situação descrita.

- a) Pedro não poderá retornar ao cargo, pois Carla, sendo estável, adquiriu direito definitivo à vaga que ocupa, restando ao primeiro apenas o pagamento de indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- b) Pedro será reintegrado ao cargo e Carla, por ser estável, será exonerada do serviço público, fazendo jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- c) Pedro permanecerá em disponibilidade com remuneração integral até a abertura de novo cargo equivalente, ao passo que Carla manterá sua titularidade sobre a vaga originária.
- d) Pedro será reintegrado ao cargo e Carla, por ser estável, será reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitada em outro cargo ou posta em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) Carla permanecerá no cargo em razão da estabilidade e Pedro será aproveitado em cargo de menor complexidade da carreira, com remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado.

QUESTÃO 30

Mary, servidora técnica administrativa de uma universidade federal, integra a equipe responsável pela elaboração de cartilha institucional destinada à comunidade acadêmica, com o objetivo de esclarecer o direito à educação e seus contornos constitucionais. Durante a revisão do material, surge controvérsia entre

os integrantes da equipe acerca do regramento constitucional aplicável à educação nacional. **Considerando o disposto na Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial consolidado sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- b) A educação configura dever do Estado, sendo vedada a transferência de qualquer parcela dessa responsabilidade à família ou à sociedade, sob pena de ofensa ao princípio da universalidade do ensino.
- c) Os serviços de educação prestados pela iniciativa privada constituem serviço público privativo, dependendo, para sua oferta, de prévia concessão, permissão ou autorização do Poder Público competente.
- d) Compete concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, em decorrência da natureza descentralizada do sistema de ensino brasileiro.
- e) O ordenamento constitucional brasileiro, em razão da consagração do ensino público obrigatório e gratuito, veda em qualquer hipótese a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino no território nacional.

QUESTÃO 31

Determinado professor universitário, integrante do quadro permanente de uma universidade federal, ministra a disciplina de Sociologia Jurídica e em sala de aula, aborda temas controversos e atuais relacionados à diversidade cultural e aos movimentos sociais, sempre com base em referências teóricas reconhecidas. Após receber reclamações de pais e de estudantes, a coordenação do curso notificou o docente determinando que se abstenha de tratar dos referidos temas em suas aulas, sob o argumento de que tais discussões não interessam à formação técnica dos alunos. Inconformado, o professor consultou a Procuradoria Federal junto à universidade sobre a validade da determinação.

Considerando os princípios constitucionais do ensino previstos no Título VIII da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A liberdade de cátedra constitui direito do professor, que poderá livremente exteriorizar seus ensinamentos aos alunos, sem qualquer ingerência administrativa, ressalvada apenas a possibilidade de fixação do currículo pelo Órgão competente.
- b) A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber tem caráter absoluto, não admitindo, em nenhuma hipótese, sequer a fixação de conteúdos mínimos curriculares pelos Órgãos competentes do sistema educacional.
- c) A coordenação do curso, no exercício da gestão democrática do ensino público, está autorizada a definir unilateralmente os conteúdos vedados em sala de aula, sendo essa restrição uma decorrência direta do princípio da gestão democrática previsto na Constituição.
- d) O princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas aplica-se exclusivamente às universidades públicas, não alcançando as instituições privadas de ensino, que ficam vinculadas a um único modelo pedagógico definido pelo Ministério da Educação.
- e) A gestão democrática, prevista como princípio constitucional do ensino, aplica-se igualmente ao ensino público e ao ensino privado, possuindo eficácia plena e independente de regulamentação legal, podendo ser invocada de forma autoexecutável por qualquer integrante da comunidade acadêmica para impor a sua adoção.

QUESTÃO 32

Durante uma aula de Direito Constitucional ministrada no curso de Direito de uma universidade federal, o professor propôs aos alunos uma análise crítica da organização político-administrativa do Estado brasileiro, disciplinada no Título III da Constituição Federal de 1988. Após a explanação inicial sobre os entes federativos, foram apresentadas aos discentes as seguintes assertivas:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, podendo lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas dessa matéria.
- II. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, sendo facultado ao Distrito Federal dividir-se em Municípios mediante lei orgânica aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
- III. Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- IV. As contas do Governo do Território Federal serão

submetidas à Assembleia Legislativa do Estado a que estiver geograficamente vinculado, com parecer prévio do respectivo Tribunal de Contas estadual.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÃO 33

Em uma reunião do grupo de estudos de Direito Constitucional na Universidade Federal, monitores e alunos do curso de Direito discutem hipotético cenário em que o Presidente da República decreta o Estado de Defesa em determinada região do país, sob alegação de grave instabilidade institucional. Diante da medida, cidadãos atingidos pelas restrições impetram mandado de segurança questionando tanto a oportunidade política da decretação quanto a legalidade dos atos de execução.

Considerando o tratamento doutrinário conferido por Alexandre de Moraes ao controle jurisdicional do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Poder Judiciário está impedido de intervir em qualquer ato relacionado ao Estado de Defesa ou ao Estado de Sítio, em razão da natureza eminentemente política das medidas, restando aos prejudicados apenas a responsabilização posterior dos agentes públicos.
- b) A doutrina e a jurisprudência admitem o controle da legalidade pelo Poder Judiciário, sendo possível reprimir abusos e ilegalidades cometidos durante a execução das medidas, inclusive por meio de mandado de segurança e *habeas corpus*, mas a análise da conveniência e oportunidade política para a decretação é, segundo a doutrina dominante, vedada ao Judiciário.
- c) O controle jurisdicional alcança tanto a legalidade dos atos de execução quanto o mérito discricionário do Poder Executivo, podendo o Poder Judiciário substituir o juízo do Presidente da República quando entender ausentes os pressupostos fáticos da decretação.
- d) Durante a vigência do Estado de Defesa ou do Estado de Sítio ficam automaticamente suspensos os remédios constitucionais, o que inviabiliza a impetração de *habeas corpus* ou de mandado de segurança contra os atos de execução das medidas excepcionais.

e) Em razão da excepcionalidade das medidas, os agentes políticos responsáveis pela execução do Estado de Defesa ou do Estado de Sítio atuam sob verdadeiro salvo conduto constitucional, ficando isentos de responsabilização civil, criminal ou política pelos atos praticados

QUESTÃO 34

Em um trabalho acadêmico um discente sustenta que o desenho constitucional das Forças Armadas combina, simultaneamente, a sua condição de instituição nacional permanente, a sua estruturação hierárquica e disciplinar e a sua submissão ao poder civil, evidenciada pela autoridade suprema do Presidente da República. Após arguição, um examinador propõe ao candidato que identifique a única assertiva integralmente compatível com o tratamento doutrinário conferido por Alexandre de Moraes ao papel constitucional das Forças Armadas e à sua subordinação ao poder civil.

Considerando o exposto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Forças Armadas, embora subordinadas hierarquicamente aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, vinculam-se funcionalmente ao Ministério da Defesa, cuja titularidade dispensa a condição de brasileiro nato em razão do princípio da igualdade de acesso aos cargos públicos, restando ao Presidente da República apenas a atribuição protocolar de nomeação.
- b) A atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem depende, exclusivamente, da provocação do Presidente da República, vedada a iniciativa do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, em razão da unicidade do comando supremo das Forças Armadas, conferido com exclusividade ao Chefe do Poder Executivo federal.
- c) A iniciativa das leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas e que disponham sobre o regime jurídico dos militares, seu provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria é concorrente entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, considerando que a matéria afeta a organização do Estado e o regime dos servidores públicos em geral.
- d) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, embora nomeados pelo Presidente da República por força da Emenda Constitucional n. 23, de 1999, não possuem *status* equiparado ao de Ministros de Estado, razão pela qual são processados e julgados perante a Justiça Federal comum nas infrações penais

comuns, e perante o Superior Tribunal de Justiça nos crimes de responsabilidade.

e) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, encontram-se sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, competindo, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa de lei para a fixação ou modificação dos seus efetivos e para a disciplina do regime jurídico dos militares, sendo os Comandantes nomeados pelo Presidente equiparados a Ministros de Estado, com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 35

Margareth é servidora técnico-administrativa de uma universidade federal e integra a comissão responsável por acompanhar a aplicação de uma recente lei federal que reestruturou cargos e majorou a remuneração de servidores civis do Poder Executivo da União. Ao analisar o histórico legislativo, ela verificou que o projeto que originou a referida lei foi apresentado por deputado federal, e não pelo chefe do Poder Executivo. Questionada por colegas sobre a possibilidade de a norma ser considerada inconstitucional, Margareth busca, na doutrina de Direito Constitucional, esclarecimento técnico sobre a natureza do vício e sobre as formas de controle cabíveis.

Considerando o tratamento doutrinário dos pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, assinale a alternativa CORRETA.

a) Não há vício de inconstitucionalidade, pois a iniciativa para apresentação de projeto de lei sobre remuneração de servidores civis federais é concorrente entre o Presidente da República e quaisquer membros do Congresso Nacional, bastando a observância do trâmite legislativo subsequente.

b) Trata-se de vício material de inconstitucionalidade, decorrente da incompatibilidade entre o conteúdo da lei e os princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, sendo o controle de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal pela via concentrada.

c) Trata-se de vício formal objetivo de inconstitucionalidade, relacionado ao desrespeito ao quórum de aprovação previsto para a espécie normativa

adotada, autorizando apenas o controle preventivo pelo Poder Legislativo.

d) Trata-se de vício formal subjetivo de inconstitucionalidade, decorrente da inobservância da regra de iniciativa privativa do Presidente da República para a matéria, ensejando pleno controle repressivo pelo Poder Judiciário, tanto pelo método difuso quanto pelo método concentrado.

e) Trata-se de vício formal subjetivo de inconstitucionalidade, mas o controle repressivo é admitido exclusivamente pelo método concentrado, perante o Supremo Tribunal Federal, sendo vedado o controle difuso por juízes e tribunais ordinários.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 36

No exercício de suas atribuições na Coordenadoria de Registros Acadêmicos de uma Universidade Federal, um Assistente em Administração deparou-se com uma instrução normativa que dita as regras de prioridade para a análise de processos de colação de grau. A regra estava redigida na seguinte proposição composta:

“Se o estudante é provável formando ou o processo possui mandado de segurança, então a documentação deve ser auditada e o parecer final deve ser emitido em até 48 horas.”

Para realizar a modelagem lógica do sistema de triagem, o servidor simplificou a instrução definindo as seguintes proposições simples:

- *p*: O estudante é provável formando.
- *q*: O processo possui mandado de segurança.
- *r*: A documentação deve ser auditada.
- *s*: O parecer final deve ser emitido em até 48 horas.

Considerando as regras de simbolização de conectivos lógicos e a valoração por tabelas-verdade, assinale a alternativa que apresenta corretamente a representação lógica da instrução normativa e a situação em que ela será considerada falsa:

a) Representação: $(p \vee q) \rightarrow (r \wedge s)$. A instrução será considerada falsa se o processo possuir mandado de segurança (*q* verdadeira), a documentação for auditada (*r* verdadeira), mas o parecer final não for emitido em até 48 horas (*s* falsa), independentemente de o estudante ser provável formando ou não.

b) Representação: $(p \wedge q) \rightarrow (r \vee s)$. A instrução será considerada falsa apenas se todas as quatro proposições

simples $(p, q, r \text{ e } s)$ forem valoradas como falsas simultaneamente no banco de dados da coordenação.

c) Representação: $p \vee (q \rightarrow r) \wedge s$. A instrução será considerada falsa se o antecedente for falso e o consequente for verdadeiro, visto que a tabela-verdade do conectivo "Se... então" inverte os valores lógicos quando há quatro variáveis.

d) Representação: $(p \rightarrow q) \vee (r \rightarrow s)$. A instrução será considerada falsa se o estudante for provável formando $(p \text{ verdadeira})$, o processo possuir mandado de segurança $(q \text{ verdadeira})$ e as demais proposições forem falsas.

e) Representação: $(p \vee q) \leftrightarrow (r \wedge s)$. A instrução será considerada falsa se o estudante for provável formando $(p \text{ verdadeira})$ e todos os demais $(q, r \text{ e } s)$ também forem rigorosamente verdadeiros.

QUESTÃO 37

Em uma sessão pública do Conselho Universitário (CONSU) de uma Universidade Federal, o Pró-Reitor de Planejamento defendeu uma diretriz orçamentária declarando a seguinte premissa:

"Se a arrecadação própria da instituição aumenta ou o Ministério da Educação libera o limite orçamentário, então a reforma do Restaurante Universitário é executada."

Para instruir o parecer técnico de governança, um Técnico em Assuntos Educacionais precisou deduzir, a partir da fala original do Pró-Reitor, duas novas proposições equivalentes para o relatório oficial do conselho:

1. Uma proposição que represente uma equivalência lógica válida.
2. Uma proposição que represente a negação lógica exata da premissa.

Considerando os conectivos lógicos da tabela-verdade, as leis de De Morgan e as propriedades das condicionais, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma equivalência e a negação corretas para a declaração do Pró-Reitor:

a) Equivalência: *"Se a reforma do Restaurante Universitário não é executada, então a arrecadação própria da instituição não aumenta e o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário."*

Negação: *"A arrecadação própria da instituição aumenta ou o Ministério da Educação libera o limite orçamentário, e a reforma do Restaurante Universitário não é executada."*

b) Equivalência: *"Se a reforma do Restaurante Universitário não é executada, então a arrecadação própria da instituição não aumenta ou o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário."*

Negação: *"A arrecadação própria da instituição não aumenta e o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário, ou a reforma do Restaurante Universitário não é executada."*

c) Equivalência: *"A arrecadação própria da instituição não aumenta e o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário, ou a reforma do Restaurante Universitário é executada."*

Negação: *"Se a arrecadação própria da instituição não aumenta e o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário, então a reforma do Restaurante Universitário não é executada."*

d) Equivalência: *"Se a arrecadação própria da instituição aumenta e o Ministério da Educação libera o limite orçamentário, então a reforma do Restaurante Universitário não é executada."*

Negação: *"A arrecadação própria da instituição não aumenta ou o Ministério da Educação não libera o limite orçamentário, e a reforma do Restaurante Universitário é executada."*

e) Equivalência: *"A reforma do Restaurante Universitário é executada se, e somente se, a arrecadação própria aumenta ou o MEC libera o limite."*

Negação: *"Ocorreu o aumento da arrecadação própria ou a liberação do limite orçamentário se, e somente se, a reforma do Restaurante Universitário não foi executada."*

QUESTÃO 38

O setor de Logística e Patrimônio de uma Universidade Federal adotou um novo sistema de codificação automatizado para inventariar os equipamentos de alta tecnologia dos laboratórios de pesquisa. O código impresso em cada etiqueta patrimonial é composto pelo nome de uma figura geométrica (elemento figurativo) seguido por um número inteiro positivo (elemento numérico). Os seis primeiros equipamentos cadastrados receberam as seguintes etiquetas sequenciais:

- 1º equipamento: Quadrado – 2
- 2º equipamento: Triângulo – 5
- 3º equipamento: Círculo – 11
- 4º equipamento: Quadrado – 23
- 5º equipamento: Triângulo – 47
- 6º equipamento: Círculo – 95

Um Técnico em Assuntos Educacionais precisa auditar o sistema de segurança lógica e determinar, sem realizar o preenchimento manual de toda a planilha, qual será a configuração exata da etiqueta correspondente ao 86º equipamento cadastrado, sabendo que o sistema mantém rigorosamente o mesmo padrão de regularidade tanto para as figuras geométricas quanto para a lei de formação dos números.

Considerando as propriedades das sequências numéricas e cíclicas, assinale a alternativa que apresenta corretamente a figura geométrica e a expressão matemática que define o número da etiqueta desse 86º equipamento:

- a) Figura: Triângulo / Número definido por: $3 \times 2^{85} - 1$.
- b) Figura: Triângulo / Número definido por: $3 \times 2^{86} - 1$.
- c) Figura: Círculo / Número definido por: $3 \times 2^{86} + 3$.
- d) Figura: Quadrado / Número definido por: $3 \times 2^{85} - 1$.
- e) Figura: Quadrado / Número definido por: $3 \times 2^{87} + 3$.

QUESTÃO 39

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação de uma Universidade Federal precisa estruturar a nova composição do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição. Por determinação regimental, o comitê deve ser composto por exatamente 4 membros, distribuídos estritamente nas seguintes vagas fixas:

- 2 vagas para docentes pesquisadores da área de Ciências da Saúde;
- 1 vaga para docentes pesquisadores da área de Ciências Humanas;
- 1 vaga para servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) com nível superior.

Para concorrer a essas vagas, voluntariaram-se voluntariamente os seguintes servidores da instituição:

- 5 docentes da área de Ciências da Saúde;
- 4 docentes da área de Ciências Humanas;
- 3 servidores Técnico-Administrativos (TAE) de nível superior.
-

No entanto, antes de realizar o sorteio ou a votação, a Pró-Reitoria recebeu uma recomendação legal que inseriu uma restrição de elegibilidade: o servidor TAE mais antigo da instituição, que está entre os 3 voluntários, obrigatoriamente deve fazer parte do comitê como membro nato e secretário-executivo.

Considerando os princípios de análise combinatória e a resolução de problemas lógicos, assinale a alternativa que apresenta corretamente o número total de maneiras distintas que esse Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser formado:

- a) 40
- b) 120
- c) 160
- d) 240
- e) 480

QUESTÃO 40

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional de uma Universidade Federal publicou o relatório anual com os indicadores de desempenho e eficiência orçamentária de quatro grandes áreas de pós-graduação. O Técnico em Assuntos Educacionais responsável pela auditoria de governança recebeu a matriz de dados a seguir, que apresenta o Orçamento Total Recebido (em milhões de reais) e dois indicadores estratégicos expressos em taxas percentuais:

- Taxa de Execução (T_E): O percentual do orçamento recebido que a área efetivamente conseguiu empenhar e liquidar.
- Taxa de Retorno Científico (T_R): O percentual do orçamento *efetivamente executado* que foi revertido diretamente em fomento para publicações internacionais de alto impacto (*Qualis A*).

Área de Pós-Graduação	Orçamento Total Recebido (R\$)	Taxa de Execução (T_E)	Taxa de Retorno Científico (T_R)
Ciências Exatas	10 milhões	80%	15%
Ciências da Saúde	12 milhões	75%	20%
Ciências Humanas	6 milhões	90%	10%
Ciências Agrárias	8 milhões	50%	25%

Para elaborar o parecer técnico que será encaminhado ao Ministério da Educação, o servidor analisou o comportamento das variáveis econômicas. Considerando estritamente os dados e as relações matemáticas descritas na tabela, assinale a alternativa que apresenta uma conclusão CORRETA:

- a) O valor absoluto (em reais) destinado ao fomento de publicações internacionais de alto impacto pela área de

Ciências da Saúde foi exatamente o dobro do valor destinado pela área de Ciências Humanas.

b) A área de Ciências Agrárias foi a que apresentou a maior eficiência absoluta de gastos, pois converteu o maior valor total em reais em fomento para publicações de alto impacto entre todas as quatro áreas.

c) A razão (divisão) entre o Orçamento Total Recebido e o orçamento efetivamente executado é rigorosamente idêntica para as áreas de Ciências Exatas e Ciências da Saúde.

d) O valor absoluto em reais que a área de Ciências Exatas deixou de executar por ineficiência orçamentária foi de 1,5 milhão de reais.

e) O montante absoluto em reais investido em fomento para publicações de alto impacto pela área de Ciências Exatas foi rigorosamente igual ao montante investido pela área de Ciências da Saúde

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (aprovado pela Instrução Normativa n. 3/2017) e as normas e diretrizes da CGU, para responder às questões de 41 a 45.

QUESTÃO 41

Os princípios que explicitamente descritos e que devem orientar a atuação dos auditores internos governamentais são:

- a) Parcialidade, discricionariedade técnica e supremacia institucional.
- b) Autonomia técnica, objetividade, comunicação eficaz e integridade.
- c) Hierarquia funcional, subordinação administrativa e eficiência operacional.
- d) Materialidade, economicidade e publicidade irrestrita.
- e) Legalidade, pessoalidade e flexibilidade procedimental.

QUESTÃO 42

A respeito dos princípios e requisitos éticos que orientam a atividade de auditoria interna, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A objetividade impede que o auditor interno realize trabalhos de consultoria, em razão do risco inerente de comprometimento da independência.
- b) O alinhamento às estratégias, aos objetivos e aos riscos da Unidade Auditada autoriza a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) a redefinir prioridades institucionais quando identificar falhas relevantes de governança.
- c) A competência profissional exige que os auditores possuam, coletivamente, os conhecimentos, as habilidades e outras competências necessárias à execução dos trabalhos, admitindo-se apoio especializado quando necessário.
- d) A confidencialidade possui natureza absoluta, impedindo o compartilhamento de informações, inclusive com Órgãos de controle externo legalmente competentes.
- e) A integridade relaciona-se exclusivamente à vedação da obtenção de vantagens econômicas indevidas pelo auditor

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa CORRETA acerca das linhas de defesa da gestão:

- a) A terceira linha de defesa é responsável por instituir e manter os controles primários relacionados à execução das políticas públicas.
- b) A segunda linha de defesa exerce função típica de auditoria interna governamental, com autonomia técnica e objetividade.
- c) A primeira linha de defesa contempla os controles primários instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas.
- d) A atividade de auditoria interna governamental integra a segunda linha de defesa quando realiza trabalhos de consultoria.
- e) As Assessorias Especiais de Controle Interno integram a terceira linha de defesa da gestão.

QUESTÃO 44

A respeito da autonomia técnica e da objetividade dos auditores internos governamentais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor interno pode auditar operações nas quais tenha atuado nos últimos 12 meses, desde que não tenha exercido função gerencial.
- b) A objetividade é atributo institucional da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), enquanto a autonomia técnica é atributo individual do auditor.
- c) O responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental somente deve reportar ameaças à autonomia técnica quando houver efetiva interferência formal no trabalho.
- d) A prestação prévia de consultoria impede, em qualquer hipótese, a realização posterior de trabalho de avaliação sobre o mesmo objeto.
- e) O trabalho de avaliação sobre processos pelos quais o responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental tenha sido efetivamente responsável deve ser supervisionado por auditor que não tenha participado da gestão do objeto avaliado.

QUESTÃO 45

Acerca dos serviços de consultoria prestados pelas Unidade de Auditoria interna Governamental, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Representam, precipuamente, atividades de assessoramento e aconselhamento, realizadas a partir de solicitação específica dos gestores públicos.
- b) Podem implicar a assunção de responsabilidades gerenciais pela Unidade de Auditoria Interna Governamental quando houver autorização da alta administração.
- c) Devem abordar exclusivamente controles internos contábeis e financeiros.
- d) Possuem natureza vinculante e obrigam a administração à adoção das recomendações emitidas.
- e) Independem de alinhamento com os valores, as estratégias e os objetivos da Unidade Auditada.

Considere o Manual de Orientações Técnicas da Atividade (MOT) de Auditoria Interna do Poder Executivo Federal (aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU n. 8, de 06 de dezembro de 2018) e as normas e diretrizes da CGU, para responder às questões 46 a 51

QUESTÃO 46

No contexto do planejamento baseado em riscos da auditoria interna governamental descrito no MOT, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A seleção dos trabalhos de auditoria deve ocorrer exclusivamente a partir da avaliação de riscos realizada pela própria UAIG.
- b) O Plano Anual de Auditoria Interna deve contemplar apenas trabalhos obrigatórios e ações de capacitação dos auditores.
- c) A definição dos fatores de risco somente pode ocorrer após a execução dos trabalhos individuais.
- d) A maturidade da gestão de riscos é irrelevante para a definição do Plano Anual de Auditoria.
- e) A seleção dos trabalhos pode decorrer tanto da avaliação de riscos da Unidade Auditada quanto da avaliação promovida pela própria UAIG.

QUESTÃO 47

O MOT estabelece que os achados devem estar apoiados em evidências:

- a) produzidas exclusivamente por técnicas substantivas.
- b) materiais, tempestivas, econômicas e oportunas.
- c) quantitativas, financeiras e documentais.
- d) preferencialmente externas, ainda que pouco relevantes.
- e) suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis.

QUESTÃO 48

Acerca dos componentes dos achados de auditoria, assinale a afirmativa CORRETA de acordo com MOT:

- a) Os achados possuem caráter meramente descritivo, sem finalidade analítica.

- b) Recomenda-se organizar os achados de auditoria em documento próprio, como a Matriz de Achados.
- c) A manifestação da unidade auditada deve ocorrer somente após o monitoramento.
- d) Os achados não guardam relação com os objetivos definidos no planejamento.
- e) Achados relevantes dispensam recomendação correspondente.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma técnica de auditoria prevista no MOT:

- a) Circularização (confirmação externa).
- b) Arbitragem procedimental.
- c) Due diligence jurisdicional.
- d) Compliance prospectivo judicial.
- e) Revisão jurisdicional amostral.

QUESTÃO 50

No âmbito do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), previsto no MOT, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O PGMQ restringe-se à verificação do cumprimento de metas quantitativas da UAIG.
- b) As avaliações internas compreendem exclusivamente auditorias realizadas por Órgãos externos.
- c) O monitoramento contínuo constitui mecanismo integrante das avaliações internas da qualidade.
- d) O PGMQ aplica-se apenas às unidades centrais do Sistema de Controle Interno.
- e) As avaliações periódicas possuem natureza facultativa e informal.

QUESTÃO 51

Segundo as diretrizes do MOT aplicadas ao sistema E-CGU, a adequada formalização dos papéis de trabalho possui como finalidade:

- a) Restringir o acesso da alta administração às conclusões da auditoria.
- b) Eliminar a necessidade de coleta de evidências durante os exames.
- c) Substituir a emissão do relatório final de auditoria.
- d) Assegurar suporte às conclusões alcançadas, permitindo a rastreabilidade e a supervisão dos trabalhos realizados.

- e) Transferir aos gestores auditados a responsabilidade pela elaboração dos registros técnicos.

Considere a Normativa n. 5/ 2021 – CGU/SFC, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer de prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental para responder às questões 52 e 53.

QUESTÃO 52

Em relação ao conteúdo do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O relatório deve reunir as manifestações do conselho de administração acerca das recomendações emitidas pela Unidade de Auditoria Interna Governamental.
- b) O relatório deve apresentar a relação das auditorias planejadas para os dois exercícios seguintes.
- c) O relatório deve consolidar as demonstrações contábeis da entidade auditada e os respectivos pareceres independentes.
- d) O relatório deve indicar os serviços finalizados, não concluídos, não realizados e executados em desacordo com a previsão inicial constante do PAINT.
- e) O relatório deve apresentar o plano de capacitação dos auditores para o exercício seguinte.

QUESTÃO 53

Dentre os aspectos sobre os quais o parecer da auditoria interna deve se manifestar, a Instrução Normativa estabelece:

- a) O atingimento dos objetivos operacionais da entidade.
- b) A conveniência administrativa das decisões estratégicas da alta administração.
- c) A compatibilidade entre as receitas arrecadadas e as metas fiscais plurianuais.
- d) A adequação das políticas remuneratórias dos dirigentes máximos da entidade.
- e) O alinhamento entre as políticas públicas e os programas de governo

Considere a legislação aplicável à auditoria: Constituição Federal, Lei 10.180/2001 e a Lei n. 12.846/2013 (Lei anticorrupção) para responder às questões 54 a 57.

QUESTÃO 54

Quanto às disposições constitucionais relacionadas ao dever de comunicação de irregularidades pelos responsáveis pelo controle interno, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A comunicação de irregularidades ao Tribunal de Contas da União depende de autorização prévia da autoridade máxima do Órgão auditado.
- b) A responsabilidade solidária prevista na Constituição decorre da omissão do agente de controle interno diante de irregularidade ou ilegalidade de que tenha ciência.
- c) A responsabilidade solidária alcança exclusivamente os agentes ocupantes de cargo efetivo em unidade formal de auditoria interna.
- d) O dever de dar ciência ao Tribunal de Contas da União surge apenas após o encerramento do processo administrativo disciplinar correspondente.
- e) A Constituição Federal prevê a responsabilização objetiva dos agentes de controle interno por qualquer dano ao erário identificado posteriormente.

QUESTÃO 55

De acordo com a Constituição Federal/1988, constitui finalidade do sistema de controle interno:

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias e pensões.
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c) emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- e) sustar a execução de atos administrativos considerados ilegais.

QUESTÃO 56

De acordo com a Lei n. 10.180/2001, é CORRETO afirmar que compete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- a) realizar o planejamento estratégico nacional e elaborar os projetos da lei orçamentária anual.
- b) formular diretrizes para elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.
- c) elaborar os balanços gerais da União e consolidar os balanços dos entes federativos.
- d) administrar a programação financeira da União e gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão quanto à eficácia e à eficiência.

QUESTÃO 57

À luz das disposições referentes ao Processo Administrativo de Responsabilização na Lei n. 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Controladoria-Geral da União possui competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização e para avocar processos já instaurados.
- b) A instauração do processo administrativo depende de provocação formal do Ministério Público ou do Órgão de controle interno competente.
- c) A comissão responsável pela condução do processo administrativo poderá ser composta por servidores temporários, desde que possuam formação jurídica compatível.
- d) A pessoa jurídica investigada terá prazo de 10 dias úteis para apresentação de defesa, contado da publicação do ato instaurador.
- e) A instauração do processo administrativo impede a apuração simultânea da responsabilidade civil da pessoa jurídica pelos mesmos fatos.

De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Lei de licitações e contratos administrativos), responda as questões 58 a 62.

QUESTÃO 58

Durante auditoria interna em procedimento licitatório destinado à contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, verificou-se que o mesmo servidor foi designado simultaneamente para elaborar o termo de referência, conduzir o certame e atuar como gestor do contrato. A situação descrita:

- a) é admitida, desde que o servidor possua certificação profissional emitida por escola de governo.
b) é vedada em razão do princípio da segregação de funções, destinado à mitigação dos riscos de fraude e de ocultação de erros.
c) é obrigatória em Órgãos com quadro reduzido de pessoal, independentemente de justificativa.
d) configura hipótese de nulidade automática do contrato, dispensada a demonstração de prejuízo.
e) é permitida quando houver autorização da autoridade máxima do Órgão

QUESTÃO 59

No contexto da governança das contratações públicas, a auditoria interna de determinado Órgão recomendou a implementação de estruturas de gestão de riscos voltadas ao acompanhamento dos processos licitatórios.

A responsabilidade por implementar processos e estruturas de gestão de riscos e controles internos é atribuída:

- a) ao agente de contratação.
b) à comissão de contratação.
c) ao Órgão de assessoramento jurídico.
d) à alta administração do Órgão ou entidade.
e) ao fiscal do contrato.

QUESTÃO 60

Em auditoria sobre a fase preparatória de uma licitação para contratação de solução tecnológica complexa, constatou-se ausência de análise dos riscos capazes de comprometer o sucesso da contratação. Tal análise:

- a) integra a fase de habilitação do certame.
b) constitui requisito vinculado à fase recursal.
c) compõe a fase preparatória do processo licitatório.
d) restringe-se às contratações de obras de engenharia.
e) é facultativa quando houver termo de referência detalhado.

QUESTÃO 61

Uma Unidade de Auditoria Interna Governamental avaliou procedimento licitatório no qual o Órgão adotou a modalidade **pregão** para a contratação de consultoria especializada em auditoria financeira e tributária.

Com base na Lei n. 14.133/2021, a utilização do pregão, nessa hipótese:

- a) é compatível com a natureza comum do serviço de auditoria financeira.
b) é cabível sempre que o critério de julgamento adotado for o de menor preço.
c) é inadequada, pois serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual não se submetem à modalidade pregão.
d) é obrigatória quando houver ampla competitividade no mercado.
e) depende de autorização do Órgão central do Sistema de Controle Interno.

QUESTÃO 62

Em análise de integridade de processo licitatório, a auditoria interna constatou-se participação de empresa cujo dirigente possui vínculo de parentesco em terceiro grau com servidor responsável pela fiscalização contratual do Órgão contratante.

Considerando o contexto exposto, é CORRETO dizer que de acordo com a Lei n. 14.133/2021:

- a) a participação da empresa configura hipótese vedada pela legislação.
b) a vedação restringe-se aos membros da comissão de contratação.
c) a participação é admitida se o servidor não atuar diretamente na fase de julgamento.
d) a irregularidade depende da comprovação de favorecimento efetivo no certame.
e) a participação seria regular mediante declaração de ausência de conflito de interesses.

A Luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos, responda as questões a 63 a 68

QUESTÃO 63

Durante auditoria interna, verificou-se que a Procuradoria Federal junto à Unifap comunicou a elevada probabilidade de perda em ação judicial relativa ao pagamento do adicional ocupacional devido a servidores técnicos. Embora ainda não houvesse pagamento previsto para o exercício corrente, a

contabilidade reconheceu provisão no passivo patrimonial.

Neste contexto, a conduta adotada demonstra observância:

- a) ao regime orçamentário misto, pois despesas de pessoal dependem de empenho prévio para reconhecimento patrimonial.
- b) ao princípio da exclusividade orçamentária, diante da natureza continuada da despesa.
- c) ao princípio da anualidade orçamentária, pois passivos judiciais devem ser registrados no exercício do desembolso.
- d) ao regime financeiro, em razão da necessidade de compatibilidade com o cronograma de pagamento.
- e) ao princípio da competência patrimonial, considerando o surgimento de obrigação presente estimável.

QUESTÃO 64

A Unifap recebeu recursos financeiros de fundação de apoio destinados integralmente à execução de projeto de pesquisa, permanecendo obrigada à devolução dos valores não utilizados, conforme cláusula contratual. Durante a auditoria contábil, discutiu-se a natureza desse ingresso.

Neste contexto, o valor recebido deve ser tratado, inicialmente, como:

- a) Receita corrente patrimonial, em razão do ingresso financeiro no caixa da entidade.
- b) Receita orçamentária de capital, em virtude da vinculação a investimento acadêmico.
- c) Variação patrimonial aumentativa decorrente de transferência voluntária.
- d) Ingresso extraorçamentário, diante da ausência de disponibilidade definitiva dos recursos.
- e) Receita tributária vinculada à atividade-fim da autarquia.

QUESTÃO 65

Durante auditoria interna na Unifap, verificou-se que determinada unidade administrativa atestou o recebimento definitivo de equipamentos de informática antes da emissão da respectiva nota de empenho.

A situação evidencia irregularidade porque:

- a) a liquidação da despesa pressupõe empenho prévio regularmente emitido.
- b) o pagamento pode anteceder o empenho quando houver aquisição de bens permanentes.
- c) o reconhecimento patrimonial substitui a necessidade das fases da execução orçamentária.
- d) a liquidação independe da verificação do direito adquirido pelo credor.
- e) o suprimimento de fundos dispensa empenho e liquidação em aquisições de equipamentos de informática.

QUESTÃO 66

No encerramento do exercício financeiro, a Unifap inscreveu em “restos a pagar não processados”, despesas referentes à aquisição de equipamentos laboratoriais regularmente empenhadas, cuja entrega pelo fornecedor ocorreria no exercício seguinte.

Em procedimento de auditoria, concluiu-se que a inscrição:

- a) está inadequada, pois despesas de capital exigem liquidação no mesmo exercício do empenho.
- b) está adequada, pois os restos a pagar não processados abrangem despesas empenhadas pendentes de liquidação.
- c) está inadequada, pois despesas com equipamentos devem ser reempenhadas no exercício subsequente.
- d) está adequada quando houver liquidação parcial e inscrição simultânea em dívida fundada.
- e) está inadequada, pois autarquias federais não podem inscrever despesas de investimento em restos a pagar.

QUESTÃO 67

Durante auditoria na Unifap, a Unidade de Auditoria Interna buscou verificar o comportamento da execução da receita e da despesa, comparando os valores inicialmente fixados, atualizados e efetivamente executados no exercício.

O demonstrativo mais adequado para essa análise é:

- a) a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- b) o Balanço Patrimonial.
- c) o Balanço Financeiro.
- d) o Balanço Orçamentário.
- e) a Demonstração das Variações Patrimoniais.

QUESTÃO 68

Ao realizar auditoria nas contas anuais da Unifap, o auditor necessitou identificar os ingressos e os dispêndios orçamentários e extraorçamentários ocorridos durante o exercício, conjugados com os saldos de caixa transferidos do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Essas informações são evidenciadas, prioritariamente:

- a) na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- b) no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- c) no Balanço Patrimonial.
- d) na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- e) no Balanço Financeiro.

Considere o contexto da legislação aplicável à ética e transparência no Poder Executivo Federal : Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), para responder às questões 69 e 70.

QUESTÃO 69

Acerca do direito de acesso à informação, previsto na Lei n. 12.527/2011, o acesso às informações relativas a auditorias realizadas pelos Órgãos de controle interno e externo compreende:

- a) dados restritos às conclusões finais das auditorias anuais, vedado o acesso a exercícios anteriores.
- b) informações condicionadas à demonstração de interesse jurídico específico do requerente.
- c) informações referentes aos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas, inclusive relativas a exercícios anteriores.
- d) documentos acessíveis unicamente após homologação do Tribunal de Contas competente.
- e) relatórios submetidos a sigilo automático até manifestação definitiva da autoridade máxima do Órgão auditado.

QUESTÃO 70

Durante auditoria em programa de governança em privacidade, constatou-se que a organização possuía mecanismos internos de supervisão, planos de resposta a incidentes e avaliações periódicas de monitoramento.

À luz da LGPD, tal estrutura:

- a) atende parcialmente às exigências legais, pois a lei não prevê monitoramento contínuo.
- b) caracteriza medida incompatível com programas de governança em privacidade.
- c) não está alinhado com os requisitos mínimos por não conter o mecanismo interno de auditoria ágil.
- d) está alinhada aos requisitos mínimos previstos para programas de governança em privacidade.
- e) afasta a competência fiscalizatória da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).